

A SEMANA – 184*

8 de dezembro de 1895

Dai-me boa política e eu vos darei boas finanças.¹ Quando o barão S. Louis² não for mais nada na memória dos homens, este aforismo ainda há de ser citado, não tanto por ser verdadeiro, como por tapar o buraco de uma ideia. Talvez um dia, algum orador equivocadamente troque os termos e diga: Dai-me boas finanças,³ eu vos darei boa política. O que lhe merecerá grandes aplausos e dará nova forma ao aforismo. Assim fazem os alfaiates às roupas consertadas⁴ de um freguês.

Nada entendendo de política nem de finanças, não estou no caso de citar um nem outro, o primitivo e o consertado. Esta semana tivemos os escritos do Sr. senador Oiticica e do Sr. Afonso Pena, presidente do Banco da República.⁵ Entre uns e outros

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XXI, n. 335, p. 1, 8 dez. 1895) e SEM1953 (v. 3, p. 54-59). Texto-base: GN. Editor: Gilson Santos. Revisor: José Américo Miranda.

¹ Em sua edição de *Bons dias!* (2008, p. 102), John Gledson pôs a seguinte nota sobre esta máxima: “A citação original ‘dai-me boa política e eu vos darei boas finanças’ é empregada muitas vezes – e frequentemente, como aqui, deturpada com fins humorísticos por Machado (v., p. ex., *Quincas Borba*, cap. 57, e ‘A semana’, crônica de 8 de dezembro de 1895). É o chavão por excelência do político vazio de ideias. É de Joseph-Dominique, barão Louis (1755-1837), ministro de Napoleão e da Restauração francesa, conhecido sobretudo pela sua competência em assuntos financeiros.”

² Trata-se de Joseph-Dominique Louis, mencionado na nota anterior. Machado deve ter-se enganado no tocante ao “S.” que antecede ao nome “Louis”.

³ finanças.] finanças – em GN. A palavra “finanças” vem em fim de linha na GN; Aurélio introduziu a vírgula – que acatamos.

⁴ consertadas] começadas – em GN. Aurélio Buarque de Holanda (1953, v. 3, p. 54), em nota explicativa à edição das crônicas *A Semana*, diz ser a palavra “começadas”, nesta passagem, “erro de revisão”. Para que o leitor se convença, recomenda-lhe que releia “atentamente este parágrafo”, em que faz a correção, e observe no seguinte a passagem “o primitivo e o consertado”.

⁵ John Gledson, em “A Semana – 105” (*Machadiana Eletrônica*, v. 1, n. 2, p. 143, jul.-dez. 2018), observou: “Encilhamento é um dos temas recorrentes de ‘A Semana’: o ‘ano terrível (1890-91)’ é uma obsessão de Machado, tão importante quanto a própria República – de fato, para ele as duas coisas estavam intimamente conectadas.” Nesta crônica, os “escritos do Sr. senador Francisco de Paula Leite e Oiticica (1853-1927) e do Sr. Afonso Pena (1847-1909), presidente do Banco da República” (a que se refere o cronista) são ainda reflexo dos acontecimentos do “ano terrível”, em que foram feitas excessivas emissões bancárias e abusiva aplicação delas. A fusão do Banco do Brasil e do Banco da República dos Estados Unidos do Brasil, que resultou na criação do Banco da República do Brasil (1893), do qual, na época, Afonso Pena era presidente, foi a forma encontrada pelos poderes Executivo e Legislativo para tentar solucionar os problemas decorrentes das excessivas emissões bancárias de 1890-91. O senador Oiticica foi o relator da comissão de Fazenda do senado, que examinou o balanço financeiro apresentado

não posso dizer nada. Explico-me. Há nas palavras uma significação gramatical que, salvo o caso da pessoa escrever como fala e falar mal, entende-se perfeitamente. O que não chego a compreender é a significação econômica e financeira. Sei o que são lastros, não ignoro o que são emissões; mas o que do consórcio dos dois vocábulos entre si e com outros deve sair, é justamente o que me escapa. Podem arremeter diante de mim os algarismos mais compridos, somá-los, diminuí-los, multiplicá-los, reparti-los, e eu conheço se as quatro operações estão certas, mas o que elas podem dizer, financeiramente falando, não sei. Há pessoas que não confessam isto, por motivos que respeito; algumas chegam a escrever estudos, compêndios,⁶ análises. Eu sou (com perdão da palavra) nobremente franco.

Em matéria de dinheiro, sei que a história dele combina perfeitamente com a do Paraíso terrestre. Há cinquenta anos, diz uma folha rio-grandense de 21 do mês passado, “a moeda-papel era coisa raríssima no Rio Grande; ouro e prata eram as moedas que mais circulavam, inclusive as de cunho estrangeiro, como as onças e os patações, que a alfândega recebia, aquelas a 32\$ e estes a 2\$.”⁷ Para mim, estas palavras são mais claras que todos os autores deste mundo. Querem dizer que comprávamos tudo com ouro e prata, não havendo papel senão talvez para fazer coleções semelhantes às de selos, ocupação não sei se mais se menos recreativa que o jogo da paciência. Hoje, a circulação, como Margarida Gautier, mira-se ao espelho e suspira: “*Combien je suis changée!*”⁸ Hoje quer dizer há muitos anos. E acrescenta como a heroína de Dumas Filho: “*Cependant, le docteur ma promis de me guérir.*” Que doutor? É o que se não sabe ao certo; devia dizer os doutores, ou mais simplesmente a faculdade de Medicina. Realmente, os doutores tinham boa vontade. Conheci dois, há muitos anos, que eram como a homeopatia e a alopatia, dois sistemas opostos. Um curava com muitos banhos, outro com um banho só. Além de não chegarem a curar a nossa doente com um nem com muitos, eles próprios morreram, e a doente vai vivendo com a sua tuberculose. Como a triste Margarida, esta acrescenta no mesmo monólogo: *J’aurai patience.*

Provado que não entendo de finanças, espero que me não exijam igual prova acerca da política, posto que a política seja acessível aos mais ínfimos espíritos deste mundo. A questão, porém, não é de graduação, é de criação.

por Afonso Pena. Mais informações sobre esse assunto podem ser lidas na carta de Afonso Pena publicada sob o título “Banco da República do Brasil” no *Jornal do Commercio* (ano 73, n. 334, 1º dez. 1895, p. 1); e nas notícias intituladas “No Senado” (ano XXI, n. 334, 30 nov. 1895, p. 1) e “Banco da República” (ano XXI, n. 337, 3 dez. 1895, p. 1) na *Gazeta de Notícias*. Mais tarde, Afonso Pena foi vice-presidente (1903-1906) e presidente da República (1906-1909).

⁶ compêndios,] compêndio, – em GN. Aurélio propôs o plural, que acatamos.

⁷ Não localizamos a passagem citada em jornais da época.

⁸ “Comme je suis changée! Cependant le docteur m’a promis de me guérir. J’aurai patience.” (DUMAS FILS, 1898, t. I, p. 182.); “Como estou mudada! No entanto, o médico prometeu me curar. Terei paciência.” [Tradução livre, nossa.]

Um operoso deputado, o Sr. Dr. Nilo Peçanha, – acaba de apresentar um projeto de lei destinado a impedir a fraude e as violências nas eleições.⁹ Não pode haver mais nobre intuito. Não há serviço mais relevante¹⁰ que este de restituir ao voto popular a liberdade e a sinceridade. É o que eu diria na câmara se fosse deputado; e, quanto ao projeto, acrescentaria¹¹ que é combinação mui própria para alcançar aqueles fins tão úteis. Onde, à hora marcada, não houver funcionários, o eleitor vai a um tabelião e registra o seu voto. Assim que, podem os capangas tolher a reunião das mesas eleitorais, podem os mesários corruptos¹² (é uma suposição) não se reunirem de propósito: o eleitor abala para o tabelião e o voto está salvo.

Como tabelião, é que não sei se aprovaria a lei. O tabelião é um ente modesto, amigo da obscuridade, metido consigo, com os seus escreventes, com as suas escrituras, com o seu *Manual*. Trazê-lo ao tumulto dos partidos, à vista das ideias (outra suposição) é trocar o papel desse serventuário, que por índole e necessidade pública é e deve ser sempre imperturbável. O menos que veremos com isto é a entrada do tabelião no telegrama. Havemos de ler que um tabelião, com violência dos princípios e das leis, com afronta da verdade das classificações, sem nenhuma espécie de pudor, aceitou os votos nulos de menores, de estrangeiros e de mulheres. Outro será sequestrado na véspera, e o telegrama dirá, ou que resistiu nobremente à inscrição dos votos, ou que fugiu covardemente ao dever. Alguns adoecerão no momento psicológico. Se algum, por ter parentes no partido *teixeirista*, mandar espancar pelos escreventes os eleitores *dominguistas*,¹³ cometerá realmente um crime, e incitará algum colega aparentado com o cabo dos *dominguistas* a restituir aos *teixeiristas* as pancadas distribuídas em nome¹⁴ daqueles. Deixemos os tabeliões onde eles devem ficar, – nos romances de Balzac, nas comédias de Scribe¹⁵ e na rua do Rosário.

Mas, que remédio dou então para fazer todas as eleições puras? Nenhum; não entendo de política. Sou um homem que, por ler jornais e haver ido em criança às galerias das câmaras, tem visto muita reforma, muito esforço sincero para alcançar a verdade eleitoral, evitando a fraude e a violência, mas por não saber de política, ficou sem conhecer as causas do malogro de tantas tentativas. Quando a lei das minorias

⁹ Nilo Peçanha (1867-1924) foi vice-presidente (1906-1909) e presidente da República (1909-1910). Em notícia publicada na *Gazeta de Notícias* (ano XXI, n. 327, 23 nov. 1895, p. 1, col. 3), lê-se: “Deve ser hoje apresentado na câmara, pelo Sr. Deputado Peçanha, um projeto garantindo o direito das minorias e estabelecendo outras providências em sentido de revestir o processo eleitoral de condições de seriedade e moralidade.”

¹⁰ relevante] relevantes – em GN.

¹¹ acrescentaria] acrescenparia – em GN.

¹² corruptos] corrutos – em SEM1953.

¹³ Não temos informações seguras a respeito do partido “*teixeirista*” e do “*dominguista*”.

¹⁴ em nome] em nomes – em GN.

¹⁵ Honoré de Balzac (1799-1850): prolífico escritor francês, notável por agudas observações psicológicas, que permeiam sua obra. Augustin Eugène Scribe (1791-1861): importante dramaturgo francês, eleito (em 1834) membro da Academia Francesa.

apareceu, refleti que talvez fosse melhor trocar de método, começando por fazer uma lei da representação das maiorias.¹⁶ Um chefe político, varão hábil, pegou da pena e ensinou, por circular pública, o modo de cumprir e descumprir a lei, ou, mais catolicamente, de ir para o céu comendo carne à sexta-feira. Questão de algarismos. Vingou o plano; a lei desapareceu. Vi outras reformas; vi a eleição direta servir aos dois partidos, conforme a situação deles. Vi... Que não tenho eu visto com estes pobres olhos?

A última coisa que vi foi que a eleição é também outra Margarida Gautier. Talvez não suspire, como as primeiras: *Combien je suis changée!* Mas com certeza atribuirá ao doutor a promessa de a curar, e dirá como a irmã do teatro e a da praça: *J'aurai patience.*



Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

GN – *Gazeta de Notícias*.

SEM1953 – *A Semana*, edição W. M. Jackson, 1953, 3v.

Referências

ASSIS, Machado de. *A Semana*. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 342, p. 1, 8 dez. 1895. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pagfis=13189>.

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Revisão crítica e notas de Aurélio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Jackson, 1953. v. 3 (1895-1900).

¹⁶ A Lei do Terço, nome pelo qual ficou conhecido o decreto federal nº 2.675 de 20 de outubro de 1875, foi reflexo dos debates verificados na Inglaterra acerca da representação das minorias partidárias. (Ver: <<https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-do-terco>>.) No Brasil, a referida lei entra em pauta na segunda metade do século XIX, a partir da obra de Thomas Hare (1806-1891), como se infere de notícia publicada na *Gazeta de Notícias* (27 maio 1891): “Faleceu, em Inglaterra, em avançada idade, Thomas Hare, o inventor do sistema da representação das minorias ou proporcional e do voto limitado. A sua primeira obra – *Eleição dos representantes parlamentares municipais*, publicada em 1859, foi o ponto de partida de um grande movimento para a reforma do regímen representativo. [...] As ideias de Hare só têm sido aplicadas em parte, mas neste terço de século já têm exercido uma influência considerável sobre os publicistas e homens de estado.” Em matéria publicada na *Gazeta de Notícias* (29 ago. 1890), a lei é defendida como meio eficiente para manter a paz entre cidadãos: “O parlamento constituído de modo a assegurar, pelo voto cumulativo ou por qualquer outro apropriado, a representação das minorias, é uma válvula de equilíbrio, é o meio menos falível de evitar a conflagração nacional, o apelo às armas, a que será fatalmente arrastada uma minoria progressiva que, procurando servir ao bem público com a propaganda de suas ideias, vê-se condenada ao silêncio e à completa inércia.”

ASSIS, Machado de. *A Semana*. Introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado de. *Bons dias!* Introdução e notas por John Gledson. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

DUMAS FILS, Alexandre. *Théâtre complet. La dame aux camélias*. Paris: Calmann-Lévy, 1898. t. I. Disponível em: <[https://fr.wikisource.org/wiki/La_Dame_aux_camélias_\(théâtre\)/Acte_V](https://fr.wikisource.org/wiki/La_Dame_aux_camélias_(théâtre)/Acte_V)>.

FRANCO, Gustavo H. B. *A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GLEDSOON, John. A Semana – 105. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 1, n. 2, p. 143-144, jul.-dez. 2018.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.